

Novas territorialidades produtivas em uma comunidade de agricultores no médio Solimões, Coari-AM

Gleides Medins de Menezes⁴²
Pedro Henrique Coelho Rapozo⁴³

Introdução

Para este estudo, destacamos o trabalho de agricultores e agricultoras rurais do ecossistema de várzea alta da comunidade Nossa Senhora Aparecida, localizada a 7,06km em linha reta da sede do município de Coari-AM. As atividades desenvolvidas por esses atores sociais nos mostram aspectos materiais e todo simbolismo envolto em suas vivências, crenças, religiosidades e na organização social do trabalho. Essas relações que permeiam a vivência dos povos tradicionais amazônicos correspondem a um dinâmico processo histórico de interação com o ecossistema e a biodiversidade, dos quais são parte integrante.

Assim como as demais comunidades tradicionais de várzea da calha do Rio Solimões, Aparecida possui características marcantes dos ancestrais indígenas que aqui viviam antes e durante a colonização, os povos Mura, Passés, Catauixis, Jumas, Irijus e Jurimauas, principalmente no trabalho na terra (VASCONCELOS, 2002). Sugere-se, portanto, que a maioria das comunidades tradicionais de agricultores na região do Médio Solimões, especificamente no município de Coari, faz o manejo de seu sistema produtivo com pouca ou quase nenhuma tecnologia convencional, para manter o manejo tradicional (etnoecológico) ou mesmo pela condição de quase extrema pobreza à qual ficam submetidos em sua condição de “isolamento” sem a atenção necessária de serviços públicos básicos.

Para tanto, objetivamos mostrar o trabalho desenvolvido pela Comunidade Aparecida em seus aspectos socioeconômicos e culturais de construção de novas territorialidades a partir do trabalho das famílias de agricultores que ali residem, por meio do associativismo na agricultura familiar. As tecnologias sociais desenvolvidas pelos comunitários e o sistema produtivo construído a partir do conhecimento tradicional fazem de Aparecida uma comunidade uma referência de um coletivo social rural e, portanto, corresponde a uma identidade daqueles atores sociais junto à sociedade local.

Detivemo-nos em relatos de agricultores e agricultoras que trabalham com a agricultura familiar na comunidade, especificamente na Associação de produtores locais APRODUCIDA e na historicidade da luta pelo reconhecimento da terra enquanto Comunidade Rural constituinte da região do município de Coari-AM.

42. Cientista Política; Bacharel em Ciências Econômicas; Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas/PPGICH/UEA. 97991749552. E-mail: gmenezes@uea.edu.br

43. Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/PPGICH/UEA; Professor do Programa de Pós-graduação em Rede nacional para o ensino das Ciências Ambientais/PROFICIAMB; Graduado em Ciências Sociais/Sociologia; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas/UFAM; Doutor em Sociologia- Desenvolvimento e Políticas Sociais pela Universidade do Minho/UM; Coordenador do grupo de pesquisa vinculado ao CNPq, Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia/NESAM. E-mail: phrapozo@uea.edu.br

Comunidades tradicionais amazônicas

Para iniciar nossa discussão, vejamos alguns conceitos de comunidades tradicionais amazônicas. Diegues (1996) destaca como aspecto importante para a definição de comunidades tradicionais a existência de formas de manejo dos recursos naturais determinados pelo respeito aos ciclos naturais, sem exploração desses recursos além de sua capacidade de recuperação. Essas práticas, portanto, se mostram economicamente viáveis e detentoras de conhecimentos herdados de seus antepassados.

Para Cunha (2009), as comunidades tradicionais amazônicas possuem um saber ecológico tradicional no trato com os recursos naturais e sua biodiversidade. Somando a essa ideia, Escobar (2005) afirma que os saberes e práticas locais são denominados modelos culturais da natureza. Diante de tais conceitos característicos de comunidades tradicionais amazônicas, Fraxe (2007) afirma que o conhecimento tradicional dessas comunidades é passado oralmente e perpetuado pelas gerações futuras, tal prática é conhecida como “transmissão vertical”. Esses conhecimentos são aplicados no cultivo de plantas, no manejo extrativista e nas diversas formas de trabalho no meio rural.

O ritmo e estilo de vida dessa gente são orquestrados pelos rios amazônicos, nossas “estradas líquidas”. E, a cada subida e descida dessas águas, o habitante da Amazônia (especialmente o ribeirinho) vivencia uma dinâmica de vida social específica e complexa, pois ambos estão intimamente ligados em uma cadeia complexa de interdependência. A ideia de família se estende à comunidade e suas particularidades complexas, que denotam uma relação que vai além dos vínculos de consanguinidade, ampliando as relações de parentesco.

Os saberes locais podem então ser compreendidos como uma das bases de sustentação da vida comunitária amazônica, marcada sobretudo pelo fato de que nela pouco importam as relações que se estabelecem a partir de uma lógica mercadológica da utilização dos recursos naturais para o desenvolvimento da região. A conservação da floresta e a utilização racional de seus ecossistemas, na visão homogeneizadora acerca da pequena produção rural, colocam o agricultor ribeirinho em uma relação de pouca eficiência e, portanto, os deixam à margem de qualquer perspectiva de contribuição para o desenvolvimento de seu trabalho na agricultura familiar. Como afirma Leff (2001), “o discurso do desenvolvimento sustentável vai engolindo o ambiente como conceito que orienta a construção de uma nova racionalidade social”. A estratégia do discurso capitalista converteu à sua lógica o sentido crítico do conceito de ambiente às políticas neoliberais de crescimento econômico.

Essa desconexão do homem amazônico e seus saberes tradicionais (etnoconhecimento) com a ideia geral acerca da região amazônica, proposta pelo pensamento hegemônico, contribui para que esse conhecimento continue sendo

invisibilizado e para que questões que tratem de uma perspectiva de desenvolvimento agrícola para essa região, continuem sendo pensadas de fora para dentro e não de baixo para cima como propõem Altiere (2006).

O Etnoconhecimento dessas populações tradicionais, conforme afirma Fraxe (2007), representa a cultura imaterial ribeirinha, a forma como esses atores sociais constroem sua relação com o meio, de forma que não se pode pensar em outro tipo de vivência que não seja baseada nessa profunda conexão com a natureza.

Territorialidades produtivas por meio da agricultura familiar

Conforme anteriormente mencionado, o campesinato de que trata este artigo é o amazônico, especificamente o dos agricultores ribeirinhos que habitam o ecossistema várzea. Na análise de Witkosky (2007, p. 190), a forma como o camponês amazônico⁴⁴ lida com a natureza em seu trabalho na agricultura é diferenciada e bastante significativa: “A terra, a floresta e a água participam de modo decisivo da forma como esses agentes sociais procuram dar plenitude à vida”. Dessa forma analisando o conceito de territorialidade, de acordo com Andrade (1998), podemos constatar que o ato de pertencer a um determinado território compreende bem mais que os limites físicos e geográficos de demarcação da terra, mas um conjunto de percepções de práticas materiais e simbólicas que garantem a apropriação dos atores sociais a um determinado território e o consentimento do(s) grupo(s) social(is) que ali se estabelecem e se organizam.

Nesse sentido, Morais (2018), citando Little (2002, p. 03), comenta que a expressão “territorialidade como esforço coletivo de um grupo social para, para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu território”.

A territorialidade seria, portanto, a manifestação das formas de ocupação, uso, permanência e controle do território. Essas relações seriam construídas historicamente, ou não e, engendram assim dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais singulares, manifestações existentes, preexistentes, ou até estranhas ao território. Tais territorialidades teriam origem endógena, quando as potencialidades de determinada localidade fossem valorizadas e trabalhadas pelas pessoas, grupos étnicos e pela sociedade civil local, ou teriam uma origem exógena (quando uma empresa ou multinacional se alocasse espacialmente para se beneficiar de aspectos econômicos, sociais e naturais). (MORAIS, 2018, p.161).

Nesta ótica, a territorialidade descrita aqui descrita, corresponde ao esforço de trabalho na agricultura familiar por agricultores que se organizaram no intuito de garantir sua permanência na terra, produzindo e criando alternativas

44. Antônio Carlos Witkosky (2007), em sua obra *Terras, Florestas e Águas de Trabalho*, adota a categoria camponês amazônico para designar os agricultores que vivem nos ecossistemas de várzeas e terras firmes da Amazônia.

sustentáveis de desenvolvimento para a população local. Esforços que foram além do trabalho no preparo e cultivo da terra, mas que alcançaram níveis políticos de luta pelo reconhecimento enquanto comunidade rural pertencente ao município de Coari e, por conseguinte, pelo direito de gozar das prerrogativas destinadas às comunidades registradas oficialmente pelo governo municipal, sobretudo pelo direito a ter uma escola na própria comunidade.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Agroecologia, Coari possui 224 comunidades ribeirinhas localizadas no rio Solimões e nos diversos lagos existentes no município; os principais lagos são o Mamiá, Coari, Coari grande, e dentre os rios destacam-se o Urucu, Copeá, Piorini, Ipixuna e Carapanatuba. O lócus de nossa pesquisa é a Comunidade Nossa Senhora Aparecida, localizada à margem esquerda do rio Solimões a aproximadamente 7,06 km da sede do município de Coari, composta por 22 famílias. Essa comunidade fica num lugar conhecido como Costa do Juçara, uma ilha composta por nove comunidades de várzea, quais sejam, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Santa Maria, Divino Espírito Santo, Menino Deus, Nossa Senhora do Livramento, São Francisco da Costa do Juçara, Cristo Redentor e Ananidé (IBGE, 2010).

A comunidade Nossa Senhora Aparecida foi fundada pelos irmãos D. L. B., agricultor de 66 anos, líder comunitário e presidente da associação de agricultores e L. L. B., de 69 anos, segundo relata seu D. L.B:

A comunidade só tinha mais ou menos uns seis moradores entendeu, ae eu cheguei que eu tava pra Tabatinga aí eu não tava bacana lá e minha mãe mandou me chamar, que eu embarcasse em qualquer um recreio desse e viesse embora que quando chegasse aqui ela pagava. Quando eu cheguei era o Lúcio que tava lá né?, porque ele era o cabeça lá da Nossa Senhora de Fátima, ae ele disse mano é o seguinte, bora montar uma comunidade aqui? Eu digo mano eu não tenho nenhum palmo de terra não, eu to vindo. Ele disse não, eu tenho um terreno ae é grande, vamo logo montar uma comunidade que é pra gente aparecer. Só que ele não tinha o conhecimento que eu tinha porque eu já tinha morado dezoito anos aqui ne, então eu conhecia prefeito eu conhecia tudo. Ele disse tu não garante ir lá com Roberval (prefeito da época) pra ver se ele não ajeita uma escola pra nós, uma rede elétrica, ae eu vim cheguei ae e foi na hora Roberval arrumou tudo isso. Ele fez assim, disse rapaz faz o seguinte, vocês tiram a madeira ae eu dou a manutenção pra fazer, a pintura, só quero que vocês tirem a madeira lá, ae nós tinha madeira mesmo, nesse tempo ainda tinha muita madeira lá. Nós tiramos toda a madeira da casa e ele pagou pra nós mesmo fazer, nós mesmo fizemos a escola, ae ele deu a cobertura ne e fez uma rede elétrica pra nós , quando ele fez a rede elétrica a escola já ficou funcionando, o José Lima foi o primeiro professor de lá, foi indo, foi indo...ae nós fizemos a igreja... (D. L. B., 66 anos, agricultor e presidente da Associação de agricultores, entrevista, 2018).

Segundo relatos de D.L.B, a comunidade surgiu no ano de 1995 com 14 (quatorze) famílias. Mais tarde, no ano de 2009, eles resolveram fundar a Associação de agricultores, denominada Associação de Agricultores da Comunidade Nossa Senhora Aparecida (APRODUCIDA). Na época foi preciso registrar marido e esposa como associados para conseguir o número mínimo para criar a associação que iria trabalhar de forma cooperativada, conforme exige a Lei do Cooperativismo (Lei n 5764/71), o mínimo de vinte cooperados. Atualmente vivem e trabalham na comunidade 22 (vinte e duas) famílias, a maioria tem grau de parentesco, todos sobrevivem da agricultura familiar e do trabalho em associativismo, quem não é sócio, trabalha para algum sócio e ganha pelo seu trabalho.

Em março de 2011, os agricultores receberam capacitação técnica e recursos de projetos apresentados à Petrobras, que possibilitou a construção das casas de vegetação das hortaliças (chamadas pelos agricultores de “casas de plantio”), atualmente a comunidade possui 31 casas de vegetação, que passou a ser a principal fonte de geração de renda dos comunitários, com a possibilidade de ampliar a produção e então fornecer hortaliças e polpas de frutas para a merenda escolar no município.

A história de criação da comunidade, portanto, representa novas territorialidades rurais produtivas que se estabelecem como movimentos sociais representativos de uma identidade coletiva, no caso aqui descrito, como necessário para que os moradores fossem reconhecidos pelo governo municipal.

Rapozo (2010, p.42) destaca que:

A criação da comunidade é resultado de uma articulação de fatores para além da ocupação humana de determinada porção de terra, é, sobretudo, reflexo de processos históricos e políticos, da apropriação e legitimidade identitária em ocupar e manter um lugar de habitação, de estabelecer posse e usufruto da terra.

Dessa forma, a busca dos comunitários por se estabelecer no lugar e buscar alternativas para o reconhecimento enquanto comunidade compreende uma história de resistência desse coletivo social frente aos desafios impostos pelo ordenamento social e político local. A satisfação em pertencer a uma comunidade pode ser percebida nas falas dos agricultores entrevistados. Como na fala de dona Francisca, “ (...) eu tenho muito orgulho de ser morador da comunidade Nossa Senhora Aparecida, nunca quero deixar meu lugar ” (F.L.B., agricultora de 56 anos, entrevista, 2018).

O modo de vida na comunidade é simples, “é como se fossemos uma grande família”, afirma D.L.B. ao explicar que todos são comprometidos com o bem-estar dos que vivem na comunidade, por isso, criaram de comum acordo normas para sempre cumpridas e respeitadas. Todos se ajudam e convivem numa relação de “compadrio”⁴⁵, típico das sociedades ribeirinhas.

45. A relação de compadrio faz referência às relações sociais que os agricultores ribeirinhos mantêm com os vizinhos, ou seja, com os que não possuem relação de parentesco.

Assim como as demais comunidades rurais do município de Coari, Nossa Senhora Aparecida também necessita de transporte de catraias para os alunos que moram na comunidade. Catraia é a denominação dada às canoas, ou pequenos barcos (geralmente de madeira) que prestam serviço de transporte fluvial para a prefeitura do município. A Escola Municipal Roberval Rodrigues (escola da comunidade Nossa Senhora Aparecida), atualmente está desativada por ter pouca quantidade de alunos: apenas 15 alunos da comunidade estão cursando o Ensino Fundamental e foram nucleados na Escola Municipal Raimundo Moreira na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, distante a 3,11km e que atende 126 alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. O município de Coari possui um total de 113 escolas rurais, segundo dados de 2018 da Secretaria Municipal de Educação.



Figura 1: Distância entre a comunidade NS de Fátima região da Ilha do Juçara/Coari/AM

Fonte: www.earth.google.com /Disponível em Portal Coari.com.

As relações construídas no meio rural possuem uma sociabilidade específica, pois são pautadas na afetividade e reciprocidade. Um exemplo disso é o puxirum ou ajuri, como costumam chamar a união dos comunitários para “ajudar” um vizinho no preparo de uma roça ou mesmo para algum trabalho em benefício da comunidade. Como nos explica J. C. da S., agricultora de 63 anos:

[...] a gente trabalha é tudo família né, por exemplo, faz um ajuri pra fazer a roça do fulano, se junta todo mundo e nesses dois dias é só trabalho na roça dele, ae depois quando precisar o fulano mais a família dele e os outros também já se juntam pra fazer a roça do outro e assim a gente vai levando ne, ...vai trabalhando sempre se ajudando e pega [...] porque também a gente não tem assim dinheiro pra pagar os outros pra trabalhar é nós mesmo que se junta e faz nossa roça, faz a coivara e tudo. (J.C.S, 63 anos, agricultora entrevista, 2018).

Os mutirões e ajuris realizados representam mais que a solidariedade na execução do trabalho entre vizinhos, é um espaço de entretenimento e diálogo, e perpetuidade da transmissão de saberes, como comenta Dona J. C. da S., 63 anos, agricultora:

[...] .. Ha mais é muito animado quando a gente faz um mutirão na comunidade é todo mundo alegre, todo mundo brinca... mas trabalhando ne.. é uma hora de brincadeira também, de conversar também , porque as vezes a gente sai do sitio ne pra ir pra roça, lá em casa por exemplo vai eu mais minha menina , dai é só mermo pra trabalhar capinar mermo, juntar algumas frutas do chão termina nós vem embora. Agora no mutirão não vixi , todo mundo bota a conversa em dia, dois ou três sai pra pescar pra gente comer ne, porque é pra todo mundo, todo mundo almoça junto e fica junto até terminar o trabalho. J.C.S., 63 anos, entrevista, 2018).

Boa parte da produção agrícola e da criação de animais é para o próprio consumo. As famílias da comunidade também costumam dar ou trocar parte da produção entre elas. O excedente é vendido diretamente na feira do produtor rural na sede do município e também para a cooperativa da comunidade.

A complexa e dinâmica organização no mundo do trabalho nas comunidades locais se explica em muitos momentos pelos aspectos socioculturais mediados pelas representações simbólicas do que significar trabalhar e viver coletivamente. Os saberes nos processos de trabalho destacam-se como elementos que possibilitam uma apropriação social da natureza, está representado pelas inúmeras formas de conhecimentos locais que possibilitam a perpetuidade de um modo de vida dito tradicional e reproduzido em diversas dimensões no cotidiano rural de homens e mulheres nas várzeas do rio Solimões.

A dinâmica do uso da terra na Comunidade Nossa Senhora Aparecida não é diferente das demais comunidades ribeirinhas da região varzeana do Médio Solimões. Adotam a complexificação dos sistemas de produção, mantendo espécies de árvores nativas e cultivando árvores frutíferas e hortaliças. As técnicas de plantio consorciados juntamente com algumas culturas perenes, além de garantirem o acesso a uma boa alimentação dos comunitários, contribuem também para o aumento da renda familiar com a comercialização das frutas in natura ou em polpas, como é ofertado à merenda escolar pela APRODUCIDA.



Figura 2: Frente da comunidade Nossa Senhora Aparecida
Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Podemos perceber por meio da obra de Vasconcelos (2002), que o processo histórico-social da comunidade Nossa Senhora Aparecida, assim como qualquer outra comunidade ribeirinha da Amazônia, tem suas bases na formação histórica ameríndia. Segundo o autor, na época do Brasil Colônia, os primeiros habitantes do município de Coari foram os povos indígenas Mura, Passés, Catauixis, Jumas, Irijus e Jurimauas, e, portanto, se caracteriza por ser possuidora de um etnoconhecimento pautado nas diversas configurações e complexidades espaciais e simbólicas que permeia a vivência no meio rural.

As relações de trabalho na prática da agricultura familiar

Os moradores da comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, assim como as demais populações tradicionais que habitam as áreas de várzea, modificam sua paisagem ao longo do tempo. Aos poucos, o vasto terreno de muita vegetação dá espaço às construções das casas basicamente de madeira, algumas em alvenaria e às benfeitorias utilizadas para a produção, resultantes do trabalho na agricultura familiar: chapéus de palha, casas de vegetação, currais para criação de algumas cabeças de gado, chiqueiros para criação de porcos e galinheiros para criação de patos e galinhas. A agricultura familiar dessas comunidades de várzea é de pequeno porte, basicamente para o sustento das famílias e educação dos filhos, como destaca seu L.L.B., líder comunitário e que faz questão de ser chamado de Seu Moura:

Aqui a gente pranta, trabalha muito desde pequeno. Eu e meus irmãos aprendemos com meu pai e minha mãe desde cedo a lidar com a terra. A gente acordava desde quatro horas da manhã pra ir pra roça, por isso nós não pudemo estudar. Mas hoje graças a Deus eu tenho condições de botar meus meninos pra estudar. Eles desde cedo ajudavam a gente aqui nas hortaliças mas dava a hora eles se arrumava pegava a canoa o rabeta e eu ia deixar eles na escola, ali em cima na outra comunidade. Hoje já estão quase tudo formado, faz curso com nós aqui quando vem oficinas pra nós

com os professor da UFAM ou quando vem do IDAM. Porque sempre vem uns cursos pra gente fazer e a gente faz. Aqui todo mundo tem vontade de aprender e melhorar nosso trabalho. (L.L.B., 69 anos, agricultor e líder comunitário, entrevista, 2018).

Percebe-se na fala de seu Moura uma característica peculiar do sistema agroecológico adotado pelos agricultores ribeirinhos da região amazônica. A agricultura é basicamente artesanal, menos mecanizada e capitalizada que a praticada nas demais regiões do país como as regiões Sul e Sudeste⁴⁶. As paisagens correspondem a uma organização espacial que acompanha os ecossistemas aqui existentes, obedecem às duas estações do ano, cheia e vazante dos rios, à direção dos ventos, aos tipos de culturas, a maior ou menor incidência e/ou concentração de pragas (insetos) nas plantações e, sobretudo, à organização social da comunidade. Também é pensada a disposição das casas, das igrejas e do centro social, que é o local onde os comunitários costumam se reunir para realização de eventos, festas religiosas, etc. Assim a paisagem natural vai se transformando ao longo do tempo.



Figura 3: A) Chapéu de palha; B) Igreja católica da comunidade NSAP
Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

É comum cada comunidade rural ter um presidente e vice-presidente ou líder rural para fins de reconhecimento do poder público, geralmente só é considerada “comunidade” quando apresenta uma estrutura funcional como a mencionada acima, caso contrário, os moradores de determinada localidade devem se “nuclear” na comunidade mais próxima para então receber atendimento pelo serviço público. No caso de Aparecida, seu reconhecimento enquanto comunidade só foi possível mediante a criação da associação de agricultores.

Nós fomos buscar apoio na prefeitura pra formar nossa comunidade mas eles disseram que um lugar com vinte famílias não era comunidade. Então eu era o líder comunitário na época, chamei o Moura e mais os outros e disse vamo montar uma associação e vamo trabalhar pra gente ser reconhecido como comunidade. Dai eu fui buscar informação na UFAM e no IDAM, e junto nós colocamos a associação e tamo até hoje, eu sou o presidente da associação e temos vinte duas famílias associadas e vivemos sem depender de recurso da prefeitura, só do trabalho na agricultura. (D. L. B., 66 anos, presidente da APRODUCIDA, entrevista, 2018).

46. Para mais informações sobre a agricultura mecanizada: Revista Econômica do Nordeste. Dez. (1999, p.443).

Essa organização espacial, de acordo com Cardoso (2010, p. 51), faz parte de um processo histórico fortemente influenciado pelas políticas estatais. Ele relata que na região do baixo Rio Negro, o Estado tenha incentivado os habitantes ribeirinhos que antes viviam em sítios relativamente isolados, a se organizarem em núcleos ou centros comunitários e viverem concentrados nesses espaços para serem atendidos pelos serviços públicos como educação e saúde.

A agricultura familiar praticada pelos agricultores da várzea não tem o fim apenas para o autoconsumo, mas representam vários papéis nas formas sociais de trabalho. Esta divisão social obedece a um padrão cultural típico das comunidades rurais e tem dinâmica própria. Para Noda (2007, p. 30), “O espaço é produzido, reproduzido, recriado, configurando-se não apenas sociedade, localidade ou comunidade, mas também e, principalmente, como possibilidade de ser o lugar de construção e reconstrução da vida em situação rural”.

Os comunitários de Nossa Senhora Aparecida, para desenvolver a agricultura familiar, trabalham com Sistemas Agroflorestais (SAFs), cultivam espécies agrícolas (hortaliças) e arbóreas em uma mesma unidade de manejo, de forma consorciada. A comunidade também pratica a pesca, contudo não comercializa o pescado, utiliza-se apenas para segurança nutricional da família. O peixe é a principal fonte proteica e nutricional dos ribeirinhos. As várzeas como regiões relativamente férteis, banhada pelas águas barrentas do Rio Solimões, proporciona uma variedade de peixes, sobretudo no período da vazante, quando se exige menos esforço de pesca. Como afirma Witkoski (2007, p. 304):

[...] a pouca profundidade dos lagos, principalmente nas épocas de vazante e seca, em face das oscilações dos regimes das águas do rio e das precipitações da região; por outro lado sabe que as espécies que partilham desse ecossistema são espécies que migram, ou seja, mudam sazonalmente, na busca das cabeceiras dos rios, desaparecendo praticamente na época da desova; por fim esse momento crítico da escassez do peixe, quando não inviabiliza a pescaria, comprometendo-a bastante, apesar do esforço para realiza-la, visando apenas a subsistência.

A preocupação com a manutenção das espécies de peixes na região da Ilha do Juçara, onde se localiza a Comunidade Nossa Senhora Aparecida, é fator importante para os comunitários, pois a pesca predatória compromete a garantia do peixe na mesa da família. “Na época da piracema, ninguém pesca os peixes que estão ovados não, nem os pequenos, aqui a gente pega só mesmo o necessário para nossa alimentação.” (L.L.B, 69 anos, líder comunitário, entrevista, 2018).

A produção serve para o sustento da família dos agricultores associados e o excedente é comercializado na feira municipal (a varejo) e no atacado, no fornecimento para

a merenda escolar da rede municipal de ensino, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PENAE). No município de Coari, a Comunidade Nossa Senhora Aparecida é a única comunidade rural ribeirinha que possui uma associação de agricultores e que trabalha de forma cooperativada, o que lhe habilita a participar e concorrer nos certames de licitação para fornecimento ao poder público, “(...) existe outra cooperativa, mas é de terra firme, a CAECI (Cooperativa Agrícola da Estrada Coari-Itapeúá), que fornece polpa de frutas” (J.B.M, 36 anos, administrador, Entrevista, 2018).

As mulheres, apesar de associadas, não assumem nenhuma função de liderança na Associação, mas desempenham papel importante tanto na produção de hortaliças quanto na organização dos eventos realizados na comunidade. São elas que colhem, limpam e embalam as hortaliças e as polpas de frutas fornecidas pela Associação. Elas também cultivam plantas medicinais para confecção de remédios caseiros. É comum entre os comunitário a utilização de ervas no combate a resfriados, dores em geral (cefaleia, dor no estômago, dor de dente), verminoses, dismenorrea, vômito etc., como explica dona F.B.M, 46 anos, agricultora:

[...] a gente usa bastante as ervas pra fazer chá, as cascas também de andiroba, copaíba, crajiru, a gente tem esse costume desde dos nossos pais né, desde criança nossa mãe só tratava a gente com remédio caseiro. Era gripe ou dor de estomago né, as crianças também quando pega quebranto, a rezadeira reza mas passa também um chazinho de hortelã pra dar pra criança, porque o quebranto mexe com a barriga da criança, então a gente ainda usa até hoje. A gente leva no médico sim né dependendo se já é uma coisa mais grave né, mas ainda usa os chá caseiro ainda. (F.B.M., 46 anos, agricultora, entrevista, 2018).

Esse conhecimento empírico permite que os agricultores ribeirinhos consigam garantir a segurança nutricional da família e ter qualidade de vida (saúde) em face da ausência dos serviços de atendimento primário de saúde por parte do poder público.



Figura 4: Cultivo de hortaliças
Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Os cultivos em Aparecida são feitos em casas de vegetação construídas pelos próprios agricultores com auxílio técnico do IDAM, mas os comunitários também aproveitam o terreno em volta das casas para plantar (Figura 04). De acordo com D.L.B, 69 anos, agricultor e presidente da APRODUCIDA, o trabalho na agricultura familiar por meio de casas de vegetação foi possível devido ao projeto apresentado à empresa PETROBRAS em 2014, quando a Associação conseguiu o financiamento para a construção das primeiras casas de vegetação.

Então veio o modelo na época né, de como nós tinha que construir as casas, inclusive indicação de especialistas e tudo pra vim fazer esse trabalho aqui, mas o modelo nós achamos que não seria muito bom pra nós, então nós reunimos e com o apoio do IDAM, nós desenvolvemo o nosso modelo né, mas dentro do padrão exigido tudo, mas de acordo aqui com nossa realidade, por exemplo o tamanho, a cobertura, o tipo de plástico pra colocar em volta, tudo isso, observando também de onde vem os ventos, tudo pra não prejudicar as mudas que nós ia plantar. E não precisou buscar ninguém de fora né, pagar engenheiro de fora pra fazer. Fomos nós mesmo que fizemos, toda comunidade se uniu e nós fizemos e até hoje graças a Deus tem dado certo. (D.L.B, 69 anos, agricultor e presidente da Aproducida, entrevista, 2018).

O desenho das casas de vegetação da comunidade Nossa Senhora Aparecida obedece ao padrão das construções de casas e benfeitorias de madeira da região amazônica, com aberturas laterais que favorecem a circulação dos ventos, como vemos na figura abaixo.



Figura 5: Casa de vegetação CNSAP
Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Por sua extensão territorial ser considerada pequena em relação às demais comunidades da região da Ilha do Juçara, os agricultores da comunidade Nossa Senhora Aparecida aproveitam muito bem os espaços, de forma a ampliar a produção das hortaliças, a “cebolinha”, como costumam chamar a cebola-de-palha, se adapta muito fácil aos espaços abertos, assim como a couve e o cariru. “Nós aproveita cada pedacinho de terra pra plantar, se nós quer crescer,

que produzir mais a gente tem que trabalhar duro na terra né, porque se planta colhe, seja onde for” (A.C.T, 47 anos, agricultor, entrevista, 2018).

Conforme as águas vão se aproximando (enchente) dos limites da comunidade, os agricultores começam a suspender em canteiros alguns cultivos como é o caso do maracujá “(...) se a gente perceber que a água vai chegar até a plantação ae a gente começa a suspender o maracujá, e o que dá pra suspender né, usa tambor de 200l e coloca malhadeira por baixo porque aqui a correnteza é muito forte”. (L.L.B, agricultor, 69 anos, líder comunitário).

Durante as entrevistas de campo podemos perceber que os comunitários mesmo sabendo da sazonalidade na região amazônica, plantam culturas anuais e de ciclos curtos. Como a maioria respondeu “não temos medo de trabalhar”, percebe-se em suas falas que os agricultores ribeirinhos conhecem muito bem o ecossistema em que vivem e de que são parte integrante. As limitações da natureza não são desafios aos quais eles não consigam se adaptar (e o fazem com muita destreza), esses atores sociais criam técnicas de adaptação e, portanto, convivem com as constantes “perdas” que uma grande enchente ou uma grande seca podem acarretar.

Considerações Finais

Este estudo visou descrever de forma sucinta as diversas territorialidades construídas a partir do trabalho desenvolvido pelas populações tradicionais que vivem nas calhas do rio Solimões, tomando como base a Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, no Médio Solimões, município de Coari-AM. Buscamos elucidar novas frentes de produção agroeconômicas que surgem da necessidade de um modo de vida autossustentável desses atores sociais, que, devido à complexidade do acesso às suas localidades e à pouca assistência por parte do poder público local (conforme relatado pelos entrevistados na ocasião da pesquisa de campo), ficam à margem de qualquer política pública de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico com vistas à sustentabilidade.

Buscamos ainda mostrar como o saber secular praticado pelas populações tradicionais que habitam as margens dos rios, lagos e igarapés da Amazônia, herança da nossa ancestralidade indígena, consegue coexistir com relações históricas, econômicas e culturais em transformação constante, dadas as dinâmicas socioambientais locais, uma vez que essas relações se constroem no contexto da agricultura familiar.

Essas novas territorialidades produtivas surgem, portanto, como uma forma de resistência ao capitalismo neoliberal vigente que invisibiliza o pequeno produtor rural ou agricultor ribeirinho frente à expansão do agronegócio, enquanto política de desenvolvimento econômico de cunho mercadológico e sem qualquer planejamento sustentável dos biomas e ecossistemas locais.

Percebe-se que o modelo de trabalho em agroecossistemas, este como um dos princípios da agroecologia, pressupõe uma alternativa viável para as comunidades tradicionais ribeirinhas da Amazônia. A organização em associativismo, meio adotado pelos comunitários de Aparecida, configura-se como uma das formas de apropriação dessas populações tradicionais de alternativas do sistema econômico vigente (capitalismo). Contudo, a comunidade ainda preserva o modo de vida coletivo, típico do meio rural com características preponderantes das relações de parentesco, de compadrio e do trabalho como uma extensão da família.

Por fim, diante das narrativas dos comunitários de Aparecida e da observação das formas de organização do trabalho na comunidade, podemos perceber a possibilidade de uma outra racionalidade produtiva por meio da agricultura familiar, que não se desprende do mundo contemporâneo.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e Movimentos Sociais. Recife, Brasil. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, mayo, 2004, p. 9-32.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALTIERI, M, A. MOURA, E.G. e AGUIAR, A.C.F. *O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo: Princípios e tecnologias*. São Luiz, UEMA, 2006.

ALTIERI, M.A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALMEIDA, Neuler André Soares; MAFRA, Rosana Zau. *Economia ambiental e dos Recursos naturais: Teoria e prática no contexto amazônico*. Universidade do Estado do Amazonas. Escola Superior de Ciências Sociais. Departamento de Economia, Manaus, 2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: O limite do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. (Orgs). *Território: Globalização e Fragmentação*, 4. ed. São Paulo: Hucttec, 1998.

ARMANDO, M. S. AGRODIVERSIDADE: *Ferramentas para uma agricultura sustentável*/ Marcio Silveira Armando- Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas / introdução, organização e seleção* Sergio Miceli. 7. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Traduzido por Mateus S. Soares Azevedo et al. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BUARQUE, Sérgio. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de Planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CARDOSO, Thiago Mota. *O Saber Biodiverso: práticas e conhecimentos na agricultura indígena do baixo rio Negro*. Manaus: EDUA, 2010.

CAPORAL, F.R. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 1, 1998, Florianópolis. *Anais...* Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/html>>. Acesso em 18 abr. 2019.

CARVALHO, Vilson Sergio de. *Educação ambiental e desenvolvimento comunitário*. Rio de Janeiro: WAK, 2002.

CINELLI, Catiane. *Programas de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas*. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2012.

COELHO, E. F. et al. *Sistemas de manejo de irrigação de baixo custo para a agricultura familiar*. Cruz das Almas, BA: Embrapa, 2014.

CHAYANOV, A, V. *La organizacion de la Unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. *Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.

FRANTZ, Walter. *Desenvolvimento local, associativismo e cooperação*, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.com.br>>. Acesso em 22 mar. 2019.

GAWORA, D. *Urucu-Impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás Urucu no Estado do Amazonas*. Manaus: Valer, 2003.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOMMA, A.K.O. *História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio*. Brasília: Embrapa Informações Tecnológica, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico e Populacional*. Coari-AM, 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DO AMAZONAS-IDAM, Coari-AM, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Traduzido por Mariano Ferreira. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. *Ethos e figurações na hinterlandia amazônica*. Manaus: Valer/ FAPEAM, 2015.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MANZINI, E.J. A entrevista na pesquisa sócia. *Didática*, São Paulo, v.26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

_____. *Saberes Globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar; participação de Marcos Terena*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro. Bertrand, 2010.

MORAIS, João Rafael Gomes de. *Territorialidade(s) Camponesa(s): por uma abordagem socioambiental*. Praça, Recife, v. 2, n. 1, 2018, p. 151-177.

NODA, Sandra do Nascimento et al. Utilização e apropriação das terras por Agricultura familiar amazonense de várzeas. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (orgs). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUBUSP, 2001.

NODA, Sandra do Nascimento. *Agricultura familiar na Amazônia das águas*. Manaus: EDUA, 2007.

ODUM, Eugene P.; BARRET, Gary W. *Fundamentos de Ecologia*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

PINTO, Renan Freitas. *A viagem das ideias*. Manaus: Valer, 2006.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. *Territórios sociais da pesca no rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso*. Manaus: UFAM, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Sandra Helena. *Autopoiese nos agroecossistemas das ilhas do Valha-me-Deus e Chaves-Juriti/PA*. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2015.

SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). *Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VASCONCELOS, Francisco. *Coari - um retorno às origens*. Brasília: Da Anta Casa Editora, 2002.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

VIANA, V.M.; DUBOIS, J.C.L.; ANDERSON, A.B. *Manual Agroflorestal para a Amazônia*. Rio de Janeiro: Rebraf/Fundação Ford, 1996.